

**PROJETO DE CURSO PARA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO TRIBUNAL  
REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**

**AS AÇÕES CASSATÓRIAS NA JURISPRUDÊNCIA ATUAL DO TSE: DA INICIAL ÀS  
ELEIÇÕES SUPLEMENTARES**

**MACEIÓ-AL**

**2022**

## **I- IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

### **1- TÍTULO DO PROJETO**

As ações cassatórias na jurisprudência atual do TSE: da inicial às eleições suplementares.

### **2- NATUREZA DO PROJETO**

Curso de formação que compõe o Plano Anual de Capacitação de servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

Tutoria nas atividades do Plano Nacional de Capacitação (EJE-TSE)

### **3-MODALIDADE**

Ensino à distância (EAD) através de aulas síncronas com uso da ferramenta a ser escolhida pelo Tribunal para 100 pessoas. As aulas serão gravadas para reprodução posterior aos participantes através de plataforma própria.

Todos os materiais elaborados para o curso serão repassados ao final da última aula para o TRE-AL e para os participantes.

Acompanhamento dos alunos participantes das Oficinas do Plano Nacional de Capacitação (EJE-TSE) através da realização e comentário de atividades assíncronas.

### **4- CARGA HORÁRIA**

Curso: 16 horas/aulas.

Tutoria: 8 horas/aulas.

### **5- PREVISÃO DE REALIZAÇÃO**

1º semestre de 2022.

## **6- PERFIL DO FORMADOR**

Volgane Oliveira Carvalho:

Mestre em Direito pela PUC-RS. Analista Judiciário do TRE-MA. Secretário-Geral da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Professor de cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito. Instrutor de Escolas Judiciárias Eleitorais (Rio de Janeiro, Maranhão, Rondônia, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Ceará, Sergipe, Paraíba e Mato Grosso). Autor de livros de Direito Eleitoral e Direito Penal.

Link para Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5545677570385962>

Links de apresentações realizadas pelo formador:

<https://www.youtube.com/watch?v=btuEIGyaqig> (a partir de 1:57:05)

<https://www.youtube.com/watch?v=VlspfK1YBOE&t=9s> (a partir de 54:47)

<https://www.youtube.com/watch?v=9RHv8JDnfbI&t=271s>

## **7- CONTRATAÇÃO**

A contratação do curso será através de pessoa jurídica, sendo Volgane Carvalho Cursos e Instrutorias Ltda (CNPJ 44.146.079/0001-39) responsável pela elaboração de todo o conteúdo do curso.

Uma vez disponibilizados todos os vídeos que comporão o curso será emitida uma Nota Fiscal Avulsa (NFA-e) pelo contratado a fim de instruir o pagamento da devida nota de empenho, através de depósito em conta corrente do sócio da contratada, cujos dados são especificados a seguir:

Volgane Oliveira Carvalho

CPF nº 877.776.813-20

Banco do Brasil

Agência: 3178-X

Conta Corrente: 41761-0

A contratação poderá ser realizada por inexigibilidade de licitação conforme o art. 74,III, f da Lei nº 14.133/21.

O valor da contratação do curso é de R\$ 7.863,36 (sete mil oitocentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos) levando em consideração que a carga-horária proposta é de 16 horas/aula, e da atividade de tutoria é de R\$ 2.402,64 (dois mil quatrocentos e dois reais e sessenta e quatro centavos) valores que coadunam com os valores cobrados a título de instrutoria interna. O valor consolidado será de R\$ 10.266,00 (dez mil duzentos e sessenta seis reais).

## **II- ESTRUTURA ACADÊMICA DO CURSO**

### **1- JUSTIFICATIVA**

O Direito Processual Eleitoral cada vez mais tem demonstrado a sua especificidade e a necessidade de ser tratado como ramo autônomo da árvore processual. Essa compreensão exige do operador, o domínio do tema, em especial, das questões que diferenciam a matéria eleitoral da disciplina processual civil regular. Do mesmo modo, é imprescindível que se observem as particularidades referentes a cada ação individualmente, merecendo maior destaque, indubitavelmente, as ações eleitorais cassatórias, ou seja, aquelas cujo o deslinde pode resultar na perda de mandato eletivo. Nesse bloco estão inclusas: a Ação de Investigação Judicial Eleitoral, a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, o Recurso contra Expedição de Diploma, Representação por captação ilícita de sufrágio e a Ação de impugnação de Registro de Candidatura. Um elemento importantíssimo no estudo do tema é a análise do estado da arte da jurisprudência do TSE acerca da questão. O domínio do tema implica em uma maior facilidade no manejo das demandas processuais que são submetidas à Justiça Eleitoral, implicando em ganhos qualitativos e quantitativos.

### **2- OBJETIVOS**

#### **2.1- Objetivo Geral**

Preparar servidores da Justiça Eleitoral para a análise de ações eleitorais cassatórias.

#### **2.2- Objetivos Específicos**

- Identificar características comuns às ações cassatórias;

- Construir subsídios para uma Teoria Geral da Prova;
- Identificar as peculiaridades de cada rito processual
- Analisar as ações cassatórias individualmente
- Verificar as consequências do acolhimento das ações cassatórias

### **3- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### PARTE I – AUTONOMIA DO DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

##### 1 CARACTERÍSTICAS COMUNS ÀS AÇÕES CASSATÓRIAS

- 1.1 Capacidade postulatória
- 1.2 Formação de litisconsórcio e Assistência processual
- 1.3 Características da inicial
- 1.4 Reconvenção, Revelia e Desistência
- 1.5 Tutela de urgência, Tutela cautelar antecedente e Tutela da evidência
- 1.6 Impedimento e suspeição
- 1.7 Litigância de má-fé e Ônus da prova
- 1.8 Pedido *versus* Tipificação eleitoral
- 1.9 Dever de fundamentar as decisões e Livre convencimento
- 1.10 Identidade física do juiz eleitoral e Honorários de sucumbência

##### 2 TEORIA GERAL DA PROVA NO PROCESSO ELEITORAL

- 2.1 Momento de apresentação das provas
- 2.2 Prova emprestada, testemunhal, documental e pericial
- 2.3 Gravação, interceptação e escuta ambiental
- 2.4 Busca e apreensão e Colaboração premiada

##### 3 RITOS PROCESSUAIS ESPECÍFICOS

- 3.1 Rito do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 64/90
- 3.2 Rito do artigo 22 da Lei Complementar nº 64/90
- 3.3 Rito do artigo 365 e seguintes do Código Eleitoral

#### PARTE II - AÇÕES CASSATÓRIAS: DO CAMBIMENTO AO JULGAMENTO

##### 1 AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA – AIRC

- 1.1 Competência, Legitimidade e Prazo
- 1.2 Particularidades procedimentais e Recursos

##### 2 AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL – AIJE

- 2.1 Abuso do poder e uso indevido dos meios de comunicação social

2.2 Competência, Legitimidade e Prazo

2.3 Particularidades procedimentais e Recursos

3 REPRESENTAÇÃO POR CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO

3.1 Captação ilícita de sufrágio: compra de voto e coerção

3.2 Natureza da vantagem e momento da captação de sufrágio

3.3 Sujeito passivo e finalidade da captação ilícita de sufrágio

3.4 Complexidade do fato

3.5 Competência, Legitimidade e Prazo

3.6 Particularidades procedimentais e Recursos

4 AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO – AIME

4.1 Fraude, Corrupção e Abuso do poder econômico e matérias que não fundamentam a AIME

4.2 Segredo de justiça

4.3 Competência, Legitimidade e Prazo

4.4 Particularidades procedimentais e Recursos

5 RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA – RCED

5.1 Inelegibilidade superveniente

5.2 Competência, Legitimidade e Prazo

5.3 Particularidades procedimentais e Recursos

PARTE 3 - EXTINÇÃO DE MANDATOS ELETIVOS COMO RESULTADO DE AÇÃO CASSATÓRIA

1 ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS

2 PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE DA CHAPA

3 ELEIÇÕES PROPORCIONAIS

3.1 Cassações decorrentes de condutas abusivas

3.2 Cassações decorrentes de vícios relacionados à elegibilidade

4 ELEIÇÕES SUPLEMENTARES

4.1 Eleição suplementar direta e indireta

4.2 Causador da anulação do pleito

4.3 Prazos: condições de elegibilidade, causas de inelegibilidade e incompatibilidades

4.4 Custeio da eleição

**4-METODOLOGIA**

As aulas serão transmitidas de modo síncrono através de plataforma a ser definida pelo Tribunal.

O curso centrará suas atividades no método de exposição dialogada sendo secundado por diferentes modalidades de metodologias ativas, tais como: estudo de caso, análise crítica de jurisprudência, tempestade de ideias, oficinas *on line*, Philips 66. A participação da audiência será essencial para o desenvolvimento do curso.

## **5-CARGA HORÁRIA**

O curso deverá contar com 16 horas/aula.